

SUCESSÃO ■ Senador deve deixar cargo até dia 23

Para Viana, Renan renuncia esta semana

JOSÉ CRUZ / ABR

■ Continuação da entrevista da pág. A3

Licenciado da presidência do Senado por força de um acordo com os governistas, alvo de sucessivas denúncias por quebra de decoro, Renan Calheiros (PMDB-AL) enfrenta na quarta-feira próxima seu segundo processo, com votação secreta em plenário. Todos apostam na absolvição. No Congresso, o que mais se comenta é o compromisso firmado por Renan com a oposição: para se livrar da cassação, renunciará ao mandato. Tem até dia 26 para isso. Viana acha que pode ser até antes.

O senhor acha que Renan vai renovar a licença ou vai renunciar?

– Penso que o entendimento será o da renúncia.

Isso pode acontecer...

– Agendei o julgamento dele para o dia 22, porque entendo que é no mínimo um ato de respeito meu com a condição que ele está vivendo. O senador Renan tem a licença vencida dia 26 e eu, portanto, não poderia adiar o julgamento para forçá-lo a renovar a licença. Teria que deixá-lo à vontade. Ele pode renunciar dia 21 ou dia 23, ou pode adotar outra medida, mas eu penso que o caminho natural é este.

Quais são os nomes hoje no PMDB que o senhor vê com maior chance de sucedê-lo?

– Dos que se apresentaram até agora, o Garibaldi Alves (RN) e Gerson Camata (ES), são os dois nomes que colocaram o pescoço para fora. Tem o José Maranhão (PB) muito tímido, porque entende que sua prioridade é o governo da Paraíba, e acho que Vadir Raupp (RO) também começa a ser considerado.

O senador Renan Calheiros ainda tem influência nessa disputa?

– Acho que necessariamente passará por ele, porque é um homem de muita influência interna, não só do PMDB, como em outros setores.

O voto continua secreto apesar de todo o debate.

– Mas a sessão será aberta.



“Romper com a sessão secreta é um pouco delicado. Você imagina quando formos tratar de um plano antiterrorista, plano de defesa nacional

O senhor acredita que desta vez, como na primeira, o voto secreto ajudará o senador?

– Nós temos que olhar qual é a vida do parlamento afora. Eu sou pelo voto aberto, como fui o primeiro a apresentar uma proposta de emenda à Constituição no Senado, em 2002, sobre isso, e fui derrotado. Romper com a sessão secreta é um pouco delicado. Você imagina quando formos tratar de um plano antiterrorista, plano de defesa nacional. Como vamos

tratar disso abertamente? Você veja o Judiciário, que nos obrigou, naquele dia, a quebrar uma regra interna da Casa, mas há menos de três semanas o Conselho Nacional de Justiça decidiu por uma sessão secreta, porque envolvia intimidade... E aquele caso (do Renan) envolvia intimidade, que era questão de Vara de Família de um senador da República. E no Supremo, o regimento do Supremo assegura que quando tratar-se de questão de intimidade, a sessão será secreta. Então é preciso ponderar, é preciso ter serenidade para tomar decisões quando o assunto é a maturidade de instituições democráticas.

O senhor defende voto aberto para questão de mandato?

– A sessão aberta para caso de cassação de mandato, salvo quando envolver questões de intimidade. Quando houver, por exemplo, questões de segurança nacional, escolha de autoridades, ministro do Supremo Tribunal Federal, defendendo uma discussão.

Mas algumas das PECs que estão em tramitação propõem isso...

– Propõem.

Por que caíram?

– Porque houve um debate de vaidades na Comissão de Constituição e Justiça e foram para o vale tudo, amplo, geral e irrestrito. E acho que sem a devida maturidade.

O senhor fala em questões de intimidade. Isso tem que ser uma coisa muito bem definida para não haver subterfúgios.

– Isso é verdade. Por exemplo, quando for tratar de questão que envolva um filho, questão de absoluta reserva familiar, questões de uma condição humana que diga respeito apenas à pessoa, a sociedade deve ser preservada. Se não, que seja aberta. Se é do interesse público, não vejo problema.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24 horas